

PMDB leva à justiça desmonte da Carta

O PMDB recorrerá à Justiça, com todas as ações de inconstitucionalidade que considerar cabíveis, caso o Governo realmente execute atos administrativos que pretendam anular ou minimizar os efeitos a serem produzidos pela nova Constituição. Segundo o líder da bancada na Constituinte, Nelson Jobim, o partido já iniciou estudos sobre o assunto, embora espere que não se concretize a "Operação Desmonte" da Constituição, anunciada pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Sarney garante "cumprir a lei"

"Dar pleno e leal cumprimento à nova Constituição" — é esta a determinação do presidente José Sarney transmitida ontem aos jornalistas pelo ministro Paulo Brossard, da Justiça, a pedido do próprio Presidente da República.

Após despachar à tarde com o Presidente, no Palácio da Alvorada, o ministro da Justiça dirigiu-se para o Comitê de Imprensa, no Palácio do Planalto, quando revelou a disposição presidencial, ressaltando que, após a promulgação da nova Carta "o poder de todo o cidadão é cumprir a lei constitucional".

"Eu estive com o Presidente não faz muito, pela manhã e agora mesmo, ele me autorizou a dizer que, ao contrário do que se tem anunciado, o Governo não tem o mínimo interesse em deixar de aplicar a Constituição que vai ser promulgada no dia 5 de outubro próximo" — disse o ministro Paulo Brossard, para acrescentar:

"A lei está feita, ela entrará em vigor no dia 5 e o dever de todos os cidadãos, sejam governantes ou governados, é de cumprir, com lealdade, a lei promulgada. Isto o Presidente me pediu para dizer. A lei entra em vigor dentro de cinco dias, mas a preocupação do Governo, na sua execução é tal, que ele está se antecipando e não evitando a sua aplicação".

Em entrevista que vem concedendo desde quarta-feira, Saulo Ramos diz que o Executivo já tem pronta uma série de decretos e outros atos destinados a impedir que a futura Carta prejudique a ação administrativa do Governo.

Na quinta-feira, a primeira reação à "Operação Desmonte" da Carta partiu do líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP). Ele acusou o Governo de promover um "golpe branco" e de tentar desmanchar em 40 dias o que os constituintes construíram em

quase dois anos. A reação do líder do PMDB, ontem, poupou o presidente Sarney.

"Estou certo de que o presidente Sarney não permitirá que a Constituição seja descumprida", afirmou Jobim, que ainda não identificou qualquer ato do Governo destinado a desrespeitar a Carta. Para ele, o que há contra a Constituição, até o momento, no Governo, é a série de manifestações do consultor-geral da República.

Novo decreto protege SNI

O cumprimento à determinação da Assembleia Nacional Constituinte quanto ao fornecimento de informações existentes nos arquivos do SNI, através da instituição do "habeas-data", ficou, a partir de ontem, dependente do arbítrio do ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, de acordo com decreto assinado pelo presidente José Sarney.

No capítulo referente ao titular do "Serviço" e às suas atribuições, o decreto estabelece o seguinte: "Compete, privativamente, ao ministro-chefe do SNI, autorizar o fornecimento de informações porventura existentes nos registros do SNI, relativas àquelas que as solicitarem, e decidir quanto aos pedidos de retificação feitos pelos próprios interessados".

Isso significa que a determinação da Constituinte depende do humor do ministro-chefe do SNI: os pedidos de informações, através do "habeas-data", poderão ser atendidos ou não pelo Serviço Nacional de Informações. Depende da autorização do ministro.

O ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, destacou, no decreto de regulamentação do Serviço Nacional de Informações, publicado ontem no Diário Oficial, a transparência do "Serviço", que tem

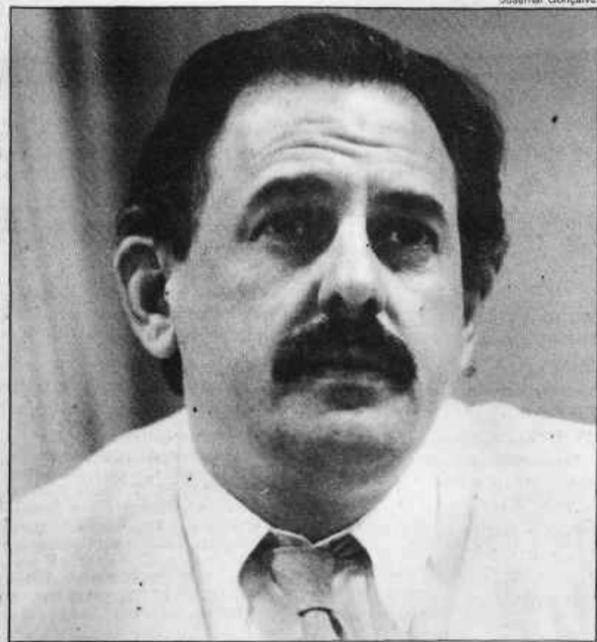
agora a sua estrutura administrativa exposta à curiosidade pública.

Estabelecido pelo decreto como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Serviço Nacional de Informações, de acordo com o decreto de regulamentação, tem, entre suas "competências orgânicas", a incumbência de "elaborar estudos e preparar os expedientes de resposta à solicitações dos Poderes Legislativo e Judiciário".

O decreto de regulamentação do SNI, adaptando-o às determinações da nova Constituição brasileira, inclui-se na série de decretos elaborados pelo Governo com o objetivo de "amenizar" os efeitos das determinações constitucionais.

Foi o que aconteceu, também, com a criação da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional para substituir a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, extinto pela Assembleia Nacional Constituinte, que criou o Conselho de Defesa Nacional.

A Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional fica sob subordinação exclusiva da Presidência da República, sob o comando do ministro-chefe do Gabinete Militar. Ele leva consigo todas as atribuições e recursos da Secretaria Geral do CSN.



Para Jobim, Saulo está tumultuando o processo legislativo

Alteração é para prestigiar

O decreto nº 96.814, de 28 de setembro de 1988, que transformou a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN) em Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden/PR), foi expedido pelo Poder Executivo para prestigiar a nova Constituição, e dar cumprimento ao dispositivo que cria o Conselho de Defesa Nacional e sua respectiva Secretaria Geral, informou o Gabinete Militar da Presidência da República, em nota oficial à imprensa.

"Com essa iniciativa, procura o Poder Executivo ajustar a já existente estrutura da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Na-

cional ao novo texto constitucional, reestruturando-a como novo órgão de assessoria do presidente da República e, concomitantemente, evitar que haja solução de continuidade nos encargos inerentes ao assessoramento governamental, na forma prescrita pela lei", diz a nota.

Os objetivos da nova Secretaria, prossegue a nota oficial, visam atender às necessidades de acompanhamento dos assuntos de exclusiva competência do Conselho de Defesa Nacional, em apoio aos trabalhos que lhe são atinentes, segundo o disposto no artigo 91 da Constituição em vigor.

Mudança no CSN deve cair

Tem pouca importância e pode até ter vida curta o decreto que mudou o nome da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, além de definir as atribuições do órgão. Essa avaliação foi feita ontem pelo líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim.

A conclusão de Jobim baseia-se em dois fatos: o decreto repete as atribuições expressas pela nova Constituição para o Conselho de

Defesa Nacional (novo nome do CSN) e, em segundo lugar, a futura Constituição estabelece que a estrutura e o funcionamento daquele órgão serão fixados em lei.

O que o Governo fez, segundo Jobim, foi antecipar-se à lei que terá que ser elaborada para definir as atribuições inclusive da Secretaria Geral do Conselho. O Congresso muda ou mantém o decreto, explica o líder.

Adequações já prontas no MJ

O ministro da Justiça entregou ontem ao presidente José Sarney, projeto de decreto propondo alterações na organização administrativa de sua pasta, para "ajustar-se de imediato" às novas "disposições constitucionais na área de sua competência, como é o caso da autonomia do ministério público, da redefinição das atribuições da Polícia Federal e vedação de qualquer forma de censura à liberdade de criação e expressão".

Segundo exposição de motivos enviada pelo ministro Paulo Brossard, da Justiça, ao Presidente da República a parte legislativa referente às alterações do ordenamento jurídico do País, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, está sendo estudada pelo ministério.

Na exposição, o Ministro da Justiça resalta que "a grande conquista da nova carta constitucional refere-se ao título que define os direitos e garantias fundamentais".

Dentro dessa filosofia, o Ministro da Justiça propõe: a desvinculação do ministério público da União e do ministério público do Distrito Federal e dos territórios da estrutura básica do Ministério da Justiça; a extinção do Departamento de Assuntos Judiciários, que se transformará na Secretaria de Justiça e Segurança Pública; extinção do Conselho Superior de Censura e criação do Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e de Expressão; e extinção do Departamento Penitenciário Nacional.

Foi proposta ainda, a transformação do Departamento de Assuntos Legislativos em Secretaria de Estudos e Acompanhamento Legislativo; e do Departamento Federal de Justiça em Secretaria de Direitos da Cidadania, com a incorporação de novas atribuições, no campo da classificação, para efeitos indicativos, de diversões públicas e programas de rádio e televisão, e integração e coordenação dos órgãos colegiados.

Finalmente, o ministro Paulo Brossard propôs a criação das coordenadorias de Comunicação Social e de Articulações com o Poder Legislativo, como órgãos de assistência direta ao ministro de Estado da Justiça, integrando os sistemas de Informação e Divulgação e de Assessoramento Parlamentar, supervisionadas pelo gabinete Civil da Presidência da República.

O projeto de decreto alterando a estrutura administrativa do Ministério da Justiça deverá ser publicado, na próxima segunda-feira, pelo Diário Oficial da União.

Jobim exige medidas contra Saulo

O líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), reclamou ontem providências do presidente da República para impedir que o consultor-geral, Saulo Ramos, continue tentando "tumultuar" o processo legislativo. A falta de providências, para Jobim, tornará Sarney conivente com o "desserviço que o consultor está prestando à Nação" e comprometerá o juramento que o presidente fa-

rará, no dia 5, de manter, defender e cumprir a Constituição.

Depois de lembrar que "todas as iniciativas de Saulo Ramos e de seu grupo foram rejeitadas pela Constituinte", durante o processo de elaboração da futura Carta, o líder do PMDB minimizou a importância das opiniões do consultor-geral da República sobre a Constituição. Os pareceres de Saulo Ramos, observou o líder, só têm valor

para o próprio Governo. As opiniões do consultor não têm força de lei, lembrou Jobim.

O líder do PMDB disse não saber se insistentes críticas de Saulo Ramos à Constituinte e à nova Constituição representam o pensamento do presidente Sarney. "O que garanto é que o consultor Saulo Ramos está desservindo ao País e isso reclama providências do presidente", afirmou Jobim.

Grade tira povo da promulgação

Os populares que forem aos gramados do Congresso Nacional, única área a que terão acesso para acompanhar a sessão de promulgação da nova Carta, vão enfrentar uma situação insólita: ficarão cercados por grades de ferro, para que transitem sem problemas.

As grades começaram a ser instaladas ontem, quando também foi divulgada a programação da festa. O início das solenidades está marcado para às 9h00, quando haverá culto ecumênico no Eixo Monumental.

A partir das 10h30 serão recepcionados pelo presidente da Constituinte os representantes estrangeiros. Sucos de frutas tropicais, refrigerantes e canapés serão servidos no Salão Nobre da Câmara.

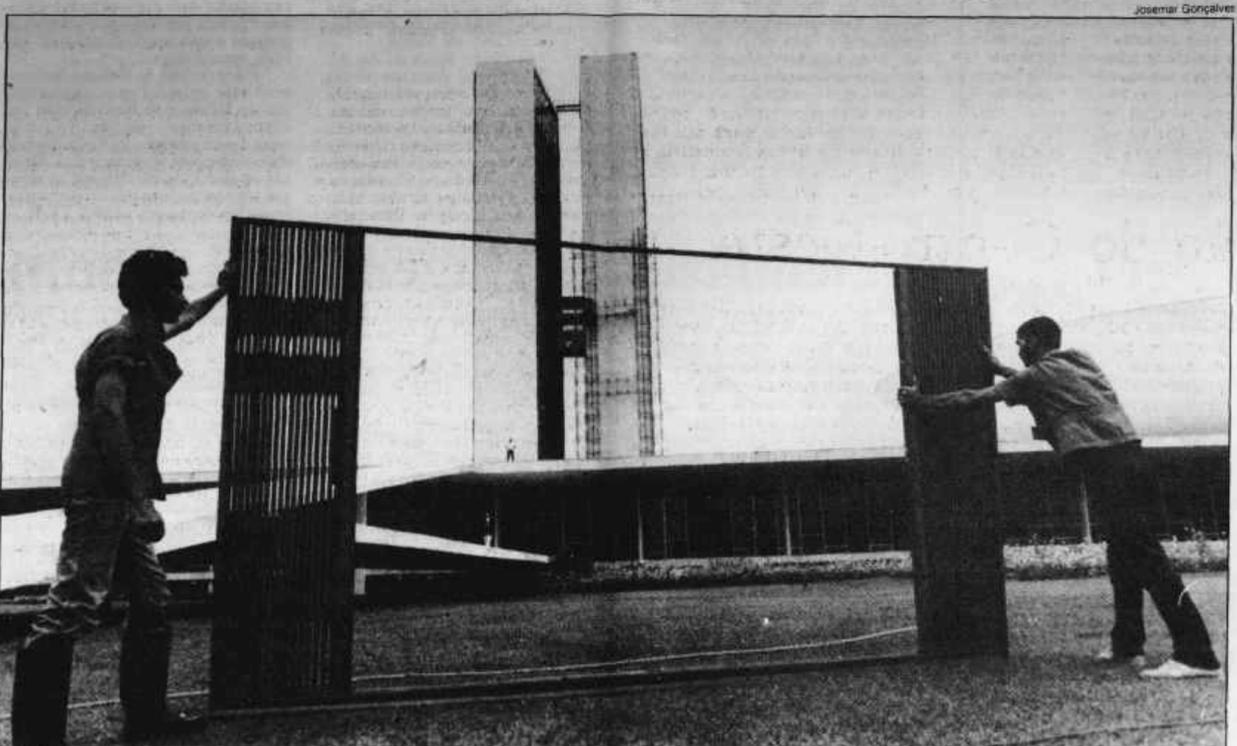
A sessão solene de promulgação da Constituição terá início às 15h30. Uma hora depois será lançado selo comemorativo à data. Às 17h30 será servido coquetel aos convidados e à noite a presidência da Constituinte oferecerá jantar aos visitantes estrangeiros e às autoridades nacionais.

Ulysses decide sustar medalhas

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, decidiu ontem suspender a cerimônia de entrega de medalhas comemorativas à promulgação da nova Constituição a parlamentares, colaboradores e autoridades. A atitude de Ulysses foi motivada pela decisão do juiz da 5ª Vara Federal do Rio Grande do Sul, Luiz Furquin, que acolheu, em parte, ação popular que requeria a suspensão da entrega das medalhas decidida pela Mesa da Constituinte.

No esboço da programação da sessão solene estava prevista para a partir do dia 23 de setembro a cerimônia do lançamento das medalhas, com a presença do presidente da Casa da Moeda — que entregaria a de ouro a Ulysses Guimarães. A cerimônia iria coincidir com o início das assinaturas dos autógrafos dos constituintes na nova Constituição. A data não foi aprovada e a cerimônia ficou transferida para a data da promulgação. Agora, foi suspensa, sem nova data ainda marcada.

O simples anúncio de que a Constituinte distribuiria medalhas provocou uma corrida de pedidos à mesa, de parlamentares, autoridades e assessores de empresários, com solicitações a amigos e parentes. Um parlamentar chegou a indagar se poderia encomendar cem réplicas da medalha da Constituinte para oferecer a prefeitos e correligionários.



Ontem, começaram a ser montadas as grades que manterão os populares afastados das autoridades na solenidade de promulgação

Prazo de assinatura acaba amanhã

Termina amanhã, oficialmente, às 16h00, o prazo para os constituintes assinarem a nova Carta. Quem chegar a Brasília com atraso poderá fazer a assinatura na Gráfica do Senado, à noite. Depois deste prazo será aceita apenas uma assinatura — a do presidente Ulysses Guimarães, no dia da promulgação. Até ontem à noite, 36 constituintes ainda não haviam assinado a Carta.

Entre os retardatários não poderia faltar os nomes dos deputados Felipe Cheide (PMDB-SP) e

Mário Bouchardet (PMDB-MG) — justamente os que tiveram os mais baixos índices de frequência durante toda a Constituinte.

Mas também estão atrasados constituintes que trabalharam muito na elaboração da nova Carta, como o relator adjunto Adolfo de Oliveira (PL-RJ) e os deputados Paulo Paim (PT-RS), Rita Furtado (PFL-RO) e Eduardo Jorge (PT-SP).

Envolvidos na campanha eleitoral, os deputados Alvaro Valle (PL-RJ), Virgílio Guimarães (PT-MG), Arnaldo Faria de Sá (PMN-

SP) e Heráclito Fortes (PMDB-PI) também não tiveram tempo para assinar a Constituição.

Na sessão de autógrafos de ontem, quando compareceram apenas 14 constituintes, a maior atração foi Ricardo Wagner, um bebê de oito dias, filho do deputado Wagner Lago (PMDB-MA). O senador Almir Gabriel (PMDB-PA) chamou a atenção ao utilizar 10 canetas na assinatura da Carta. "Alguns são de pessoas humildes, que me ajudaram muito", justificou o senador.

Lei complementar pode sair em 88

O presidente do Senado, Humberto Lucena, está propondo às lideranças de todos os partidos a convocação extraordinária do Congresso, a partir de 15 de dezembro, para que elabore pelo menos uma parte da legislação complementar e ordinária exigida pela nova Constituição. Além da convocação do Congresso, Lucena defende a formação de uma comissão mista

especial, imediatamente após o dia 5, para dar início à elaboração daquelas leis.

Nas conversas preliminares que está mantendo, Lucena tem apontado a necessidade de que o Congresso regulamente com urgência o direito de greve, elabore a legislação eleitoral e complemente o dispositivo da nova Constituição que trata das inelegibilidades.

Além desses pontos da Constituição, que cita como exemplos de matérias que requerem tratamento urgente, o senador Lucena quer incluir na pauta do Congresso a apreciação e votação da Lei do Inquilinato. Projeto do Governo, disciplinando as relações de inquilinos e proprietários de imóveis, está parado no Legislativo há vários meses.

Racha do PFL organiza bloco

A minoria do PFL que se opõe ao Governo vai criar um bloco na Câmara e outro no Senado, após a promulgação da Constituição, para formalizar seu rompimento com a orientação governista dos líderes José Lourenço e Marcondes Gadelha. A formação dos blocos será a primeira iniciativa concreta do grupo no sentido de marcar uma posição de independência e de contestação ao Governo, que orientará inclusive a busca de composições para a sucessão presidencial.

Pelas contas do grupo identificado com o senador Marco Maciel, o bloco dissidente se instalará no Senado com seis parlamentares e deverá ter de 25 a 30 integrantes na Câmara. Estes números representam aproximadamente 20% da bancada do PFL na Câmara e quase a metade da bancada do Senado.

Formalizada a criação dos blocos independentes das lideranças, os pefelistas rebeldes começaram a negociar com outros segmentos de oposição.

Presidente convidado a ser senador

O presidente José Sarney será candidato a uma cadeira no Senado Federal na eleição de 1990. Falta apenas decidir por qual Estado da Federação irá concorrer. A garantia é do senador Edison Lobão (PFL/MA), ao revelar ontem que "Sarney deseja estar investido de mandato parlamentar para rebater as possíveis críticas ao seu Governo". Sarney inclusive já analisa o pedido do governador Henrique Santillo, de Goiás, e do ministro Íris Rezende, da Agricultura, para disputar o Senado pelo recém-criado Estado de Tocantins, além do Piauí (apelo do senador Alvaro Pacheco) e seu Estado natal, Maranhão.

Segundo Edison Lobão, o presidente da República não está disposto a abandonar, logo, sua vida política, e "o caminho natural será disputar seu retorno ao Senado", disse. Para Lobão, após 15 de março de 1990 (término do mandato de Sarney) o governo da Nova República poderá ser alvo de profundos exames e ataques por parte do Congresso Nacional e o presidente Sarney deve estar apto (com mandato) para rebater as críticas, se porventura surgirem. "Seja por Tocantins, Maranhão ou até o Piauí, o certo é que Sarney será eleito", frisou Lobão, ao comentar que Sarney não quer repetir a história dos ex-presidentes Geisel e Figueiredo, que após deixarem a Presidência da República, sofreram fortes ataques, e sem mandato parlamentar, ficaram impedidos de responder, a não ser pela imprensa.

Câmara

Amigo pessoal do presidente da República, o senador Edison Lobão também garantiu que Sarney não irá envolver-se na disputa pela sucessão do deputado Ulysses Guimarães na presidência da Câmara dos Deputados. "É melhor não correr qualquer risco, pois se envolver e perder será um verdadeiro desastre", ressaltou. A tendência do Presidente, completou Lobão, será prestar apoio informal a um dos três candidatos já lançados (Bernardo Cabral, Paulo Mincarone e Paes de Andrade). Lobão já indagou de Sarney sobre esta preferência, principalmente sobre o crescimento da candidatura do deputado Paes de Andrade. Como resposta Lobão ouviu do Presidente: "Se ele ganhar, ótimo, pois é meu amigo e vamos viver juntos".

Lobão informou que, após a promulgação da Constituição, será intensificada a mobilização da formação do bloco parlamentar de apoio do Governo. O senador acha prioritário este bloco de sustentação política.